

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FACULDADE DE DIREITO

ROBERTH WILLIANS TRAVASSOS BERNARDO

**O FRACASSO DO PROIBICIONISMO NA POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS
BRASILEIRA E AS SOLUÇÕES DESCRIMINALIZADORAS VIGENTES AO
REDOR DO MUNDO**

CURITIBA

2016

ROBERTH WILLIANS TRAVASSOS BERNARDO

**O FRACASSO DO PROIBICIONISMO NA POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS
BRASILEIRA E AS SOLUÇÕES DESCRIMINALIZADORAS VIGENTES AO
REDOR DO MUNDO**

Monografia apresentado como requisito para a obtenção de formação profissional específica e para a colação de grau da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Professor Orientador: Prof. Dr. Rui Carlo Dissenha

CURITIBA

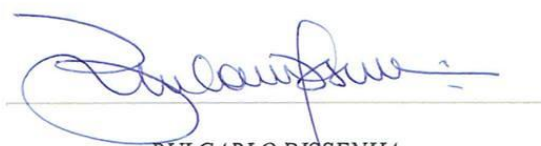
2016

TERMO DE APROVAÇÃO

ROBERTH WILLIAN TRAVASSOS BERNARDO

O FRACASSO DO PROIBICIONISMO NA POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS BRASILEIRA E AS SOLUÇÕES DESCRIMINALIZADORAS VIGENTES AO REDOR DO MUNDO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



RUI CARLO DISSENHA
Orientador

Coorientador



ANDRÉ RIBEIRO GLAMBERARDINO - Núcleo de
Prática Jurídica
Primeiro Membro



FLÁVIO BORTOLOZZI JÚNIOR
Segundo Membro

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à minha fiel escudeira e noiva, Roberta Dombroski Petisco, por todo o apoio, todas as broncas, todo o carinho, dedicação e confiança durante todos esses anos. Sem você ao meu lado nada teria sentido, por isso eu agradeço todos os dias por ter você ao meu lado. Deixo aqui também meu muito obrigado à minha mãe e minha tia por não terem desistido de mim. Ao meu pai que mesmo distante sempre esteve ao meu lado. Aos meus sogros pelo apoio incondicional e os almoços revigorantes de Domingo. Deixo aqui meu agradecimento aos meus colegas de faculdade pelo companheirismo durante esses 5 anos. Aos meus amigos, pela paciência, apoio e pelos churrascos que foram essenciais para recarregar as baterias. Aos meus colegas de trabalho, agradeço pelo apoio, principalmente meu chefe. Agradeço também meu orientador Dr. Rui Carlo Dissenha pela paciência e pelos conhecimentos transferidos, sem eles não seria possível o desenvolvimento dessa monografia.

RESUMO

Há tempos o debate sobre a política criminal de drogas é realizado na academia. Entretanto, na sociedade em geral prepondera à visão única do proibicionismo. O que presenciamos hoje no Brasil, e em várias partes do mundo, é um aumento nos gastos com segurança pública com o objetivo único de combater as drogas. Usamos uma prática ultrapassada e falha para nortear a política de drogas no país, e um aparato já fragilizado da segurança pública para combater um inimigo que já venceu. O presente trabalho demonstra como o aumento da força policial e do aparato repressivo não obteve os resultados esperados, pois os índices de criminalidade não param de crescer e o abuso policial cresce na mesma proporção. Impor a ilegalidade a determinadas substâncias não diminuiu o consumo em nenhum momento da história. Por esse motivo, devemos enxergar o problema de outra maneira para assim diminuir os índices de criminalidade.

Palavras chave: Política Nacional sobre Drogas; Segurança Pública; Guerra às Drogas; Direito Penal.

ABSTRACT

The debate over criminal drug policy has long been held at the academy. However, in society in general preponderates to the unique vision of prohibitionism. What we witness today in Brazil, and in various parts of the world, is an increase in spending on public safety with the sole purpose of combating drugs. We use outdated and failed practice to guide drug policy in the country, and an already weakened public safety apparatus to fight an enemy who has already won. The present work demonstrates how the increase in the police force and the repressive apparatus did not achieve the expected results, as crime rates continue to grow and police abuse grows at the same rate. Imposing illegality on certain substances has not diminished consumption at any point in history. For this reason, we must see the problem in a different way to reduce crime rates.

Keywords: National Policy on Drugs; Public security; War on Drugs; Criminal Law.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS DROGAS NO BRASIL	8
2.1 BRASIL COLÔNIA.....	8
2.2 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	9
2.3 LEI 6.368 - 1976.....	12
2.4 LEI 11.343 - 2006.....	14
3. POLÍTICA DE DROGRAS: UM PANORAMA MUNDIAL.....	15
3.1 O REFLEXO DA POLÍTICA PROIBICIONISTA NA AMÉRICA LATINA.....	16
4. POLÍTICA PÚBLICAS SOBRE DROGAS NO BRASIL.....	19
4.1 SISNAD – SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICA PÚBLICAS SOBRE DROGAS.....	20
4.2 PNAD – POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS.....	22
4.3 FUNAD – FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	23
5. ANÁLISE DA POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS NO BRASIL	26
5.1 A LEI 11.343/06 E A MANUTENÇÃP DE UM SISTEMA PROIBICIONISTA.....	26
5.2 A VERSÃO BRASILEIRA DA GLOBALIZADA “WAR OF DRUGS”....	29
5.3 DEZ ANOS DA LEI 11.343/06: SEUS IMPACTOS E PERSPECTIVAS FUTURAS.....	32
6. INOVAÇÕES LEGISLATIVA EM POLÍTICAS SOBRE DROGAS AO REDOR DO MUNDO.....	40
6.1 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....	40
6.2 PORTUGAL.....	42
6.3 URUGUAI.....	43
7. CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

1. INTRODUÇÃO

Há tempos o debate sobre a política criminal de drogas é realizado na academia. Entretanto, na sociedade em geral prepondera à visão única do proibicionismo. Desse modo, é importante refletir sobre o tema através de uma visão crítica sobre as drogas, seus usuários, a sociedade em que eles estão inseridos e à proibição dessas substâncias. Ao revisitar esses argumentos da descriminalização, apresenta-se a política de redução de danos, modelo necessário para humanização do auxílio que deve ser dispensado às pessoas que usam essas substâncias.

O que presenciamos hoje no Brasil, e em várias partes do mundo, é um aumento nos gastos com segurança pública com o objetivo único de combater as drogas. A “Guerra às Drogas”, como é conhecida, é uma empreitada liderada pelos EUA e tem como objetivo o combate às drogas, a intervenção militar e a ajuda militar, que busca identificar e reduzir o comércio ilegal. Ou seja, utilizamos uma prática globalizada, ultrapassada e falha para nortear a política de drogas no país. Somado a isso utilizamos o aparato já fragilizado da segurança pública para combater um inimigo que já venceu.

O debate hoje em relação às drogas vem sendo estruturado em torno de discursos científicos que tendem a configurar o problema ora como uma questão de saúde pública, ora como uma questão de segurança pública. Baseia-se na bipolaridade entre repressão e a redução de danos e entre repressão e o combate ao narcotráfico.

O presente estudo pretende demonstrar como o aumento da força policial e do aparato normativo-repressivo não obteve os resultados esperados, pois os índices de criminalidade não param de crescer, o consumo de substâncias aumenta e o comércio ilegal torna-se mais rentável.

Impor a ilegalidade a determinadas substâncias não diminuiu o consumo em nenhum momento da história. Por esse motivo, devemos enxergar o problema de outra maneira para assim encontrar soluções menos invasivas.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS DROGAS NO BRASIL

2.1 BRASIL COLÔNIA

O tema drogas no Brasil está presente desde o período de colonização. A primeira lei surgida e diligente aqui no nosso país foi A Lei das Ordenações Filipinas (ALMEIDA, 1870), vigorando desde a colonização até a promulgação do Código Criminal do Império do Brasil no dia 16 de dezembro de 1830 (BRASIL, 1830).

Dizia o Título LXXXIX da referida Lei:

Nenhuma pessoa tenha em sua caza para vender, rosaltar branco, nem vermelho, nem amarello, nem solimão, nem água delle, nem escamoneá, nem ópio, salvo se for Boticário examinado, e que tenha licença para ter Botica, e usar de Officio E qualquer outra pessoa que tiver em sua caza alguma das ditas cousas para vender, perca toda sua fazenda, metade para nossa Câmara, e a outra para quem o acusar, e seja degradado para a África até nossa mercê. 17

A questão de drogas não estava presente no Código Criminal do Império de 1830, contudo o Decreto 828, de 29 de setembro de 1851, que executou o regulamento da Junta de Higiene Pública, efetivamente abordou o tema drogas quando ajustou o comércio de medicamentos (BRASIL, 1851).

Segue o que dispunha o artigo 51 do referido Decreto:

Art. 51- Os droguistas, e os que vendem substâncias venenosas das constantes da tabela de que fala o art. 79 deste regulamento, assim como os fabricantes que em suas fábricas empregarem tais substâncias, deverão participar às autoridades sanitárias, que os matricularão em livro para isso determinado, especificando-se o lugar em que vendem as ditas substâncias ou as fábricas em que as usam. Os infratores incorrerão pela primeira vez na multa de duzentos mil réis, e nas reincidentes na mesma multa, podendo-se-lhes fechar as fábricas por espaço de treze meses.

2.2 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Em 11 de outubro de 1890, através do decreto nº 847, entra em vigor o Código Penal de 1890 (BRASIL, 1890).

Faz menção ao tema em seu Artigo 159, que segue:

Art. 159: Exportar à venda, ou ministrar substâncias venenosas, sem legítima autorização e sem as formalidades prescritas nos regulamentos sanitários: Pena - de multa de 200\$000 a 500\$000.

Em 1914, o Presidente Wenceslau Braz sancionou o Decreto nº 2.861, de 08 de julho de 1914, determinando a adesão do Brasil à Conferência Internacional do Ópio (BRASIL, 1914). Com a adesão a figura do viciado passa a ser vista como a de uma pessoa doente, podendo ser comparada às pessoas que estavam contagiadas com varíola ou febre amarela.

Com o Decreto nº 20.930, de 11 de janeiro de 1932, o consumo compulsivo, de substâncias ativas sobre o psiquismo, passa a ser considerado uma doença de notificação compulsória. No mesmo ano ficou assentado que existiriam mais revisões periódicas da lista de substâncias tóxicas (BRASIL, 1932).

Vale lembrar que as doenças de notificação compulsória são as presentes na lista publicada pelo Ministério da Saúde e, quando diagnosticadas em uma pessoa, devem, imediatamente, ser notificadas às secretarias de saúde, visando o controle e não propagação das doenças ali noticiadas. Em 1932, a toxicomania ou consumo compulsivo de substâncias ativas sobre o psiquismo estava presente na lista de doenças de notificação compulsória (BRASIL, 1932).

Através do decreto 780, criado em 28 de abril de 1936, foi criada a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, pertencente ao Ministério de Relações Exteriores (BRASIL, 1936)

O objetivo dessa Comissão, segundo o artigo 3º do referido era:

“O estudo e a fixação de normas gerais de ação fiscalizadora do cultivo, extração, produção, transformação, fabricação, preparo, posse, importação, reexportação, oferta, venda, compra, troca, cessão, bem como a repressão do tráfico e uso ilícito de drogas entorpecentes, incumbindo-lhes todas as atribuições decorrentes dos objetivos gerais, para os quais é constituída.”

O que foi responsável por orientar o Governo nas negociações com o comitê do ópio.

A lei de fiscalização de entorpecentes foi aprovada através do decreto de lei 891 em 1938, com o objetivo de punir os atos de plantar, cultivar, colher substâncias consideradas proibidas (BRASIL, 1938).

Além disso, visava tornar mais exigente a internação, quando fosse comprovada a necessidade de enfermos que precisariam de tratamento, vejamos:

Art.26-A venda ao público de qualquer das substâncias contidas no art. 1º desta lei e seus parágrafos só é permitida às farmácias e mediante receitas de facultativo com diploma registrado no Departamento Nacional de Saúde, nos serviços sanitários local. Tais receitas serão feitas quando necessário, de acordo com as instruções baixadas sobre o uso de entorpecentes, em papel oficial, fornecido pela autoridade sanitária competente, acompanhadas da justificação do emprego do medicamento, devendo ser escritas em caracteres legíveis, com indicação precisa dos nomes, sobrenomes e residências do médico e do doente e da data da prescrição.

Art. 28- Não é permitido tratamento de toxicômanos em domicílio.

O Código Penal Brasileiro, criado em 1940, através do decreto de lei nº 2.848, tratou do tema drogas no Capítulo relacionado aos Crimes contra a Saúde Pública (BRASIL,1940). Assim dizia o Artigo 281:

Art. 281- Importar ou exportar, vender ou expor à venda, fornecer ainda que a título gratuito, transportar, trazer consigo, ter em depósito, guardar, ministrar ou, de qualquer maneira, entregar a consumo substância entorpecente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Pena: reclusão de um a cinco anos, e multa de dois a dez contos de réis.

Na década de 1960 o consumo de drogas aumentou consideravelmente, principalmente da maconha (DEL OLMO, 1990). Em 1964 foi criada a Convenção Única sobre Entorpecentes, através do decreto nº 54.216, de 27 de agosto de 1964. Uma Convenção Internacional que foi assinada em Nova York, no dia 30 de março de 1961 e posteriormente aprovada no Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 5 de 07 de abril de 1964, consolidou o Brasil no cenário internacional de combate às drogas (BRASIL, 1964).

Em 1967 o então Presidente Castelo Branco determinou, no dia 10 de fevereiro, através do Decreto-Lei nº159, em seu 1º artigo, que será aplicada a legislação repressiva sobre drogas a qualquer substância capaz de determinar

dependência física, psíquica, mesmo que não considerada entorpecente (BRASIL, 1967).

Após quatro anos é criada nova lei específica sobre a matéria, a Lei 5.726/71, que manteve as tipificações das condutas relacionadas à produção, ao comércio e ao consumo nas regras do artigo 281 do Código Penal. A nova lei elevou a pena máxima para 6 anos de detenção, inseriu ainda a quadrilha específica para o tráfico, com a possibilidade de sua caracterização ser formada por apenas duas pessoas e com penas de 2 a 6 anos de reclusão. Também impõe o congelamento da matrícula do estudante, em qualquer nível, apanhado com as ditas substâncias proibidas, como também a possibilidade da perda do cargo de diretor nas instituições de ensino para os diretores que não comunicassem imediatamente as situações de tráfico ou uso na esfera escolar às autoridades sanitárias (BRASIL, 1971).

2.3 LEI 6.368 – 1976

No ano de 1976, a Lei 6.368/76 revoga o Artigo 281 do Código Penal, descodificando a matéria, que passou a ser tratada por esta legislação especial, distinguindo as penas previstas para a posse e para uso pessoal, instituiu em 6 meses a 2 anos de retenção, triplicando, no entanto, as penas para as condutas conhecidas como crime de tráfico que ficaram entre 3 a 15 anos de detenção (BRASIL, 1976).

O tema de drogas, pela primeira vez no Brasil, passa a ser considerado como algo grave na Constituição Cidadã de 1988. Em seu artigo 5º, XLIII, inserido no Título da CF/88, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, o crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins foi inserido na lista de crimes hediondos (BRASIL, 1988), embora não esteja expressamente inscrito no rol contido no artigo 1º da Lei 8.072/90, lei esta que dispõe sobre os crimes hediondos (BRASIL, 1990).

Segue na íntegra o artigo 5º:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLIII - a lei considerará crimes

inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Com a redemocratização ainda foram aplicadas às criminalizadas condutas com relação à prática do comércio, produção e cultivo das drogas ilícitas, condutas estas criminalizadas por outras leis especiais. Um exemplo é a Lei 8.072/90 que, tratando sobre os crimes classificados como hediondos e os a ele equiparados, temos a figura do tráfico de drogas taxadas de ilícitas, dando início a um cenário de edição de leis de emergência ou de exceção após pós-redemocratização (BRASIL, 1990). Outro exemplo é a edição da Lei 9.034/95, que motivada e alicerçada no combate ou como a própria Lei cita uma "repressão à criminalidade organizada" (BRASIL, 1995). Contudo nem a própria lei, como as mudanças trazidas pela Lei 10.217/01, trouxeram explicações plausíveis e aceitáveis para que o fenômeno do crime organizado fosse compreendido (BRASIL, 2001). Visando combater o indefinível fenômeno do crime organizado surge a Lei 9.296/96, lei esta que regulamentou os grampos nas comunicações telefônicas e em sistemas de informática. Também regulamentou os serviços informáticos fornecidos através de uma rede de telecomunicações (BRASIL, 1996). Visando ainda o combate do indefinível crime organizado surge a Lei 9.613/98, que criminalizou o chamado branqueamento de capitais, mais conhecido como lavagem de dinheiro (BRASIL, 1998).

Inúmeros projetos visando à modificação da Lei 6.368/76 foram apresentados, até que um desses projetos deu origem à Lei 10.409/02. As incongruências presentes na lei foram tantas que, aliadas aos vários vetos opostos pelo Presidente da República, tornaram inviável a permanência da Lei 10.409/02 e a consequente substituição da Lei 6.368/76 não se concretizou (GARCIA, 2004).

Com o fracasso da introdução do novo projeto a antiga Lei 6.368/76 continuou disciplinando e regulamentando as definições de crimes e de penas, ficando a encargo da Lei 10.409/02 distintos aspectos do tema drogas (GARCIA, 2004).

2.4 LEI 11.343 – 2006

Visando uma completa e integral substituição da Lei 6.368/76 um novo projeto foi apresentado, aprovado pelo Congresso Nacional e Sancionado pelo Presidente da República no segundo semestre de 2006, mais precisamente em agosto. Surge então a nova Lei 11.343/06, que passa a vigorar em outubro do mesmo ano e consequentemente revoga tanto a Lei 6.368/76, como também a Lei 10.409/02, tornando-se a nova lei brasileira a legislar sobre a questão de drogas em todo o território brasileiro (BRASIL, 2006).

A lei vigente, em seu parágrafo único do artigo 1º, apresenta uma definição das drogas ilícitas, sendo elas “as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.”(BRASIL, 2006). Relacionado a esse parágrafo, o Art. 66 da mesma Lei, que define a Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, como fonte para a especificação de quais são as drogas ilícitas. Essa definição é feita de forma parcial, de acordo com interesses que extrapolam o campo da saúde, já que as drogas ilícitas não diferem das outras substâncias, também psicoativas, porém permitidas (BRASIL, 1998).

A Lei 11.343/06 colocou o Brasil em destaque no cenário internacional ao instituir o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e orientar medidas para prevenção do uso indevido das substâncias ilícitas e maneiras de reinserção social de usuários e dependentes de drogas. A nova lei tenta compatibilizar os instrumentos normativos prévios. A partir de sua edição, foram revogados os dispositivos legais, com o reconhecimento das diferenças entre a figura do traficante e do usuário/dependente, os quais passaram a ocupar capítulos diferentes na Lei (BRASIL, 2006).

O Brasil entendeu e seguiu a tendência mundial, que não penaliza o usuário com privação da liberdade. A justiça retributiva, baseada em castigo, é substituída pela justiça restaurativa, cujo objetivo é a reinserção social por meio de penas alternativas (DIEL; GIMENEZ, 2012).

No entanto, a legislação atual estabelece penas mais gravosas e amplia o campo de punibilidade para produtores e distribuidores de drogas. O Aumento da pena base do Art. 33 para 5 anos e o grande número de qualificadores definidos na Lei também influenciam no aumento das penas, considerando que quase sempre a

conduta criminosa será acompanhada por uma circunstância qualificadora (BRASIL, 2006).

3. POLÍTICA DE DROGAS: UM PANORAMA MUNDIAL

A Política Criminal mundial possui diversas vertentes quando trata sobre a questão do uso indevido/excessivo das drogas (GOMES, 2008).

Na chamada Política de tolerância zero, as drogas são tratadas como um problema político e militar. Esse modelo norte americano adota o encarceramento massivo das pessoas envolvidas com drogas. Existe a criminalização do porte de drogas para consumo pessoal, sendo que a lógica desse modelo consiste no enfrentamento e repressão total, uma vez que as drogas são encaradas sob o viés da belicosidade. Apesar desse modelo americano ser homologado e sustentado pela ONU, essa solução repressiva não vem trazendo bons resultados. A posição seguida pelos norte-americanos vem sendo criticada primeiramente por não apresentar resultados concretos, ser extremamente onerosa para os estado e por tratar o usuário como um criminoso (GOMES, 2008).

O modelo liberal Radical trabalha baseado no liberalismo político. Sustenta a lógica de que o Estado não deve intervir na atuação da esfera da liberdade individual. Defende a não criminalização do porte de droga para uso pessoal. A não criminalização pregada por esse modelo está baseada no fato de que no liberalismo político o Estado não pode intervir na esfera individual. Se o indivíduo não está comercializando, está apenas consumindo, uma interferência do estado nunca poderia ser justificada. Esse modelo também exhibe o diferente tratamento recebido por ricos e pobres diante do problema drogas, tendo em vista que somente os pobres vão para a cadeia (GOMES, 2008).

O modelo Europeu, ou modelo de redução de danos e Justiça Restaurativa tem como foco principal a prevenção e reinserção social. Nesse modelo, o usuário não é confundido com o traficante. A política de redução de danos trabalha com políticas públicas destinadas à prevenção do uso da droga, à reinserção social do usuário e

do dependente buscando diminuir os danos que a droga por si só já produz (GOMES, 2008).

Existe também a chamada Justiça Terapêutica, a qual concentra sua atenção no tratamento, afirmando ser essa a única reação adequada quando se diz respeito ao usuário/dependente. Um dos problemas desse modelo é a não diferenciação entre usuários e dependentes, tratando todos de maneira igual. Porém, nem todos que fazem uso de drogas são ou irão se tornar dependentes químicos (GOMES, 2008).

3.1 O REFLEXO DA POLÍTICA PROIBICIONISTA NA AMÉRICA LATINA

A empreitada contra as drogas na América Latina não é recente. Surge em meados dos anos 80 e começo dos anos 90 como pretexto ou cortina de fumaça para a incidência de políticas transnacionais de controle. Figura como polo ativo dessas políticas de controle o Governo dos Estados Unidos, e na outra ponta, no polo passivo encontram-se os governos dos países latinos que absorveram, copiaram, e muitas vezes autorizaram operações em seu território visando o combate às drogas. Não existe coincidência se analisarmos que a expansão da guerra às drogas se intensificou com o fim da Guerra Fria (1947-1991). Após a queda do muro de Berlim podemos verificar operações transnacionais de controle ou combate às drogas no Panamá, Bolívia, Colômbia e México, todas carregando uma mesma característica, a excessiva ou predominante participação dos militares exercendo função de polícia e a substituição de competência do julgamento dos processos relativos ao tráfico dos tribunais cíveis para às cortes de competência Militar (CARVALHO, 2016).

A solução repressora do controle militarizado ampliou seu embate as nações produtoras e comercializadoras, principalmente nos países Andinos e Amazônicos, como Brasil, Equador e Colômbia devido a sua enorme capacidade de organização e distribuição da cocaína. Contudo, o que realmente é percebido é que o combustível para a adoção dessa medida político-criminal ainda está centrado na cultura geopolítica da Guerra Fria, ou seja, a bipolaridade. Para se preservar a

liberdade dos países latinos é preciso combater essas organizações nocivas à sociedade. Na visão dos agentes militares a democracia e a liberdade estão em risco e o combate às drogas que envenenam as nações torna-se justificável. A descoberta ou substituição do novo inimigo mundial, agora na figura do narcotraficante é sempre justificada pela capacidade financeira e de organização de milícias que acaba renovando a racionalidade beligerante, mobilizando as agências de segurança do mundo para essa nova guerra, agora conhecida como Guerra as Drogas (CARVALHO, 2016).

Com adoção desse modelo de política de segurança militarizada, inúmeros problemas foram evidenciados. Além da questão da violação da soberania dos países envolvidos, ocorreram inúmeras violações aos direitos fundamentais das populações dos países que a adotaram. Infelizmente os setores mais vulneráveis dessas populações foram os principais afetados pela política militarizada. As comunidades nativas mais indefesas são as que mais sofrem, simplesmente por residirem nos locais de conflitos, mesmo sem ligação alguma ao comércio ou plantio de substâncias ilegais. A Guerra às drogas não só vitimizou os ditos narcotraficantes, mas principalmente essas comunidades nativas historicamente ali residentes. Exemplos desse conflito são evidenciados no México, onde a guerra contra os cartéis vitimizou mais de 150 mil pessoas entre os anos de 2006 até 2012. (PRANGE, 2014). Outra população em estado de risco iminente são os das comunidades dos morros do Rio de Janeiro, que mesmo após a instalação das Unidades de Polícia Pacificadoras, o comércio de entorpecentes e a violência não reduziu (CARVALHO, 2016).

Segundo Salo de Carvalho a política de drogas é um fracasso:

“A conclusão óbvia, mas ao mesmo tempo surpreendente desses fatos, é que a política de guerra às drogas é um grande fracasso, visto não obter resultado algum na erradicação ou no controle razoável do narcotráfico. Todavia seu efeito visível é a constante violação dos direitos e garantias dos grupos mais vulneráveis da população. A legitimidade desta tragédia cotidiana advém da obsessão do combate às drogas.”

As agendas e políticas prioritárias de um crescente número de países estão direcionadas a combater o que se apresenta como um dos principais problemas que afronta a sociedade contemporânea. Contudo a política comumente utilizada para combater essa mazela não a reduz e nem apresenta melhora, mesmo com apreensões recordes de entorpecentes, a circulação de substâncias ilícitas não para de crescer (ROLIM, 2006).

Descreve da seguinte forma:

“As políticas contra as drogas na América Latina têm seguido os passos da ‘guerra contra as drogas’ proposta pelos EUA. Por esta Abordagem, os governos pretendem livrar as sociedades das drogas com medidas repressivas. Após décadas de experiência, essa política colheu um retumbante fracasso. Mesmo assim, seus seguidores não se cansam de propor doses mais fortes do mesmo remédio”.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS NO BRASIL

Entre os dias 8 e 10 de junho de 1998, a XX Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, em Nova York discutiu o problema mundial das drogas. Foi a partir da realização dessa assembleia que as primeiras medidas específicas para uma política nacional sobre drogas foram tomadas (BRASIL, 2005).

O então denominado Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) foi transformado no Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) e foi criada a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), com a missão de coordenar a Política Nacional Antidrogas, por meio da articulação e integração entre governo e sociedade. Coube à SENAD mobilizar os diversos fatores envolvidos para criar a Política Brasileira. Através de um decreto presidencial, Decreto nº 4.345 de 26 de agosto de 2002, foi instituída a Política Nacional Antidrogas (BRASIL, 2005).

Nos primeiros anos de existência dessa política brasileira, o tema drogas esteve sempre presente em pauta, assim como a necessidade de melhor conhecimento do assunto. Foi necessário reavaliar e atualizar os fundamentos da política devido às mudanças sociais, políticas e econômicas pelas quais o país estava passando. Em 2004, foram efetuados fóruns regionais e um seminário

internacional sobre drogas para o realinhamento e atualização da política proposta (BRASIL, 2005).

Com a ajuda da população, de pesquisas científicas e de dados epidemiológicos atualizados a política foi reestruturada e passou a ser chamada de Política Nacional Sobre Drogas – PNAD. Em 23 de maio de 2005 a PNAD foi aprovada pelo CONAD e entrou em vigor no dia 27 de outubro do mesmo ano. Um dos principais resultados dessa nova política refletiu no nome, que substituiu o “anti” pelo “sobre”, entrando em acordo com as novas tendências internacionais, com o posicionamento do governo vigente e com a demanda popular manifestada durante o processo de reestruturação da política (BRASIL, 2005).

A Política Nacional sobre drogas estabelece fundamentos, objetivos, diretrizes e estratégias indispensáveis para que a redução da demanda e da oferta de drogas fosse conduzida da maneira planejada. A mudança na abordagem busca resultados positivos para a questão de drogas no país, o programa visa uma redução da oferta e da procura das substâncias ilícitas (BRASIL, 2005).

A SENAD coordenou em 2006 o grupo do governo responsável por assessorar os parlamentares no processo que aprovou a lei 11.343/2006 que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, que derrubava uma legislação obsoleta de 30 anos que discordava dos avanços científicos na área e não acompanhava mais todas as mudanças presentes na sociedade (BRASIL, 2005).

4.1 SISNAD - SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS

O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) foi criado pela lei 11.343/06 e regulamentado pelo decreto nº 5.912, no dia 27 de setembro de 2006. O SISNAD foi criado com intuito de cumprir metas e estratégias que estão referenciadas no Artigo 3 da Lei 11.343/06 o qual diz que o sistema tem como finalidade "articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com

a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas e a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas (BRASIL, 2005).

O SISNAD está organizado de modo a assegurar a orientação central e a execução descentralizada das atividades. A lei nº 11.754 instituída em 23 julho de 2008 reestruturou o Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) que passou a ser nomeado Conselho Nacional sobre Drogas. A participação da sociedade e do governo tornou-se paritária dentro do CONAD. O conselho possui ações descentralizadas subdivididas pelos conselhos estaduais e municipais que buscam acompanhar e atualizar a Política Nacional sobre Drogas, consolidada pelo SENAD. Exerce orientação normativa sobre as ações de redução da oferta e procura de drogas, acompanha e avalia a gestão dos recursos oriundo do Fundo Nacional Antidrogas e a eficácia dos programas instituídos, além de promover a integração ao SISNAD dos órgãos e entidades similares existentes nos estados, municípios e no Distrito Federal (BRASIL, 2005).

A nova lei também alterou o nome da Secretaria Nacional Antidrogas para Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Essas modificações foram um marco na construção de políticas públicas no Brasil (BRASIL, 2005).

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas é ligada ao Ministério da Justiça e acompanha atividades que visam a prevenção do uso de drogas e reinserção social, organiza metas e planos de estratégias para consolidar a proposta de atualização da Política Nacional Antidrogas, define programas e procedimentos para alcançar os objetivos propostos acompanhando a sua execução e gerencia o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) fiscalizando o que é feito com a verba destinada a esse fundo. Também é responsável por administrar o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas que é um órgão da estrutura do Governo Federal, que, de acordo com o decreto 5.912/06 capítulo V, Artigo 16, possui a missão de reunir, centralizar informações e conhecimentos atualizados sobre drogas, incluindo dados de estudos, pesquisas e levantamentos nacionais, produzindo e divulgando informações fundamentadas cientificamente e que contribuam para o desenvolvimento de novos conhecimentos aplicados às atividades de prevenção do uso, de reinserção social e para a criação de modelos

de intervenção baseado nas necessidades específicas das diferentes populações-alvo, respeitando suas características socioculturais (BRASIL, 2005).

O trabalho da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas é desenvolvido através de estudos que mostram um diagnóstico situacional do real consumo de drogas no Brasil e quais impactos que esse quadro traz para a população. Com esses estudos a secretaria promove a capacitação de agentes que trabalham diretamente com o tema drogas e transformam essas pessoas em multiplicadores de informações sobre prevenção, tratamento e reinserção social. E é através de projetos estratégicos de alcance nacional que a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas amplia o acesso a essas informações, ao conhecimento e aos recursos existentes na comunidade (BRASIL, 2005).

4.2 PNAD – POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS

Aprovada pela resolução nº 3, de 27 de outubro de 2005, do CONAD a Política Nacional Antidrogas apresenta pressupostos, objetivos e diretrizes. Dentre outros propósitos, a Política Nacional Antidrogas visa o reconhecimento da diferença entre usuário, dependente e o traficante de drogas; Prioriza a prevenção do uso indevido de drogas, entendendo que essa é a intervenção cada vez mais eficaz e de menor custo para a sociedade; Respalda a coordenação de esforços entre os diversos segmentos de governo e da sociedade, baseando-se no princípio da responsabilidade compartilhada, buscando efetividade nos resultados das ações no sentido de obter redução da oferta e do consumo de drogas, no custo social a elas relacionado e das consequências adversas do uso e do tráfico de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas (BRASIL, 2005).

O princípio da responsabilidade compartilhada, em suas obrigações, entende a cooperação entre vários setores como governo, iniciativa privada e cidadãos, buscando a prática de ações ao combate ao uso de drogas. A ação conjunta desses diversos setores é a política mais eficaz para a diminuição do número de novos usuários, repressão contra o tráfico e reinserção do dependente na sociedade. As

denúncias feitas acerca do tráfico ilícito de entorpecentes também exerce grande papel nesta responsabilidade compartilhada (BRASIL, 2005).

A Política Nacional Antidrogas tem como alguns de seus objetivos, educar, informar, capacitar e formar pessoas em todos os segmentos sociais para uma ação efetiva e eficaz da redução da demanda, da oferta e de danos; Implantar e implementar uma rede de assistência integrada, pública e privada, intersetorial, para pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas (BRASIL, 2005).

As principais diretrizes traçadas pela Política Nacional Antidrogas para prevenção são manter, atualizar e divulgar um sistema de informações de prevenção sobre o uso indevido de drogas, integrado, amplo e interligado ao observatório brasileiro de informações sobre drogas, acessível a toda a sociedade, que favoreça a formulação e implementação de ações de prevenção, incluindo mapeamento e divulgação de boas práticas existentes tanto no Brasil como em outros países; Fundamentar as campanhas e programas de prevenção em pesquisas e levantamentos sobre o uso de drogas e suas consequências, de acordo com a população alvo, respeitadas as características regionais e as peculiaridades dos diversos segmentos populacionais, especialmente de gênero e cultura (BRASIL, 2005).

4.3 FUNAD – FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS

O Fundo Nacional Antidrogas, gerido pela secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas, é um órgão que recebe doações de bens de valor econômico que são apreendidos do tráfico de drogas e recursos advindos da União. A Lei 11.343/06 dispõe sobre a tutela dos bens apreendidos do tráfico ilícito de entorpecentes em seus artigos 62 e 63 (BRASIL, 2005).

Vejamos:

Art. 62. Os veículos, embarcações, aeronaves e quaisquer outros meios de transporte, os maquinários, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza, utilizados para a prática dos crimes definidos nesta Lei, após a sua regular apreensão, ficarão sob custódia da autoridade de polícia judiciária, excetuadas as armas, que serão recolhidas na forma de legislação específica.

§ 1º Comprovado o interesse público na utilização de qualquer dos bens mencionados neste artigo, a autoridade de polícia judiciária poderá deles fazer uso, sob sua responsabilidade e com o objetivo de sua conservação, mediante autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

§ 2º Feita a apreensão a que se refere o caput deste artigo, e tendo recaído sobre dinheiro ou cheques emitidos como ordem de pagamento, a autoridade de polícia judiciária que presidir o inquérito deverá, de imediato, requerer ao juízo competente a intimação do Ministério Público.

§ 3º Intimado, o Ministério Público deverá requerer ao juízo, em caráter cautelar, a conversão do numerário apreendido em moeda nacional, se for o caso, a compensação dos cheques emitidos após a instrução do inquérito, com cópias autênticas dos respectivos títulos, e o depósito das correspondentes quantias em conta judicial, juntando-se aos autos o recibo.

§ 4º Após a instauração da competente ação penal, o Ministério Público, mediante petição autônoma, requererá ao juízo competente que, em caráter cautelar, proceda à alienação dos bens apreendidos, excetuados aqueles que a União, por intermédio da Senad, indicar para serem colocados sob uso e custódia da autoridade de polícia judiciária, de órgãos de inteligência ou militares, envolvidos nas ações de prevenção ao uso indevido de drogas e operações de repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, exclusivamente no interesse dessas atividades.

§ 5º Excluídos os bens que se houver indicado para os fins previstos no § 4º deste artigo, o requerimento de alienação deverá conter a relação de todos os demais bens apreendidos, com a descrição e a especificação de cada um deles, e informações sobre quem os tem sob custódia e o local onde se encontram.

§ 6º Requerida a alienação dos bens, a respectiva petição será autuada em apartado, cujos autos terão tramitação autônoma em relação aos da ação penal principal.

§ 7º Autuado o requerimento de alienação, os autos serão conclusos ao juiz, que, verificada a presença de nexo de instrumentalidade entre o delito e os objetos utilizados para a sua prática e risco de perda de valor econômico pelo decurso do tempo, determinará a avaliação dos bens relacionados, cientificará a Senad e intimará a União, o Ministério Público e o interessado, este, se for o caso, por edital com prazo de 5 (cinco) dias.

§ 8º Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o respectivo laudo, o juiz, por sentença, homologará o valor atribuído aos bens e determinará sejam alienados em leilão.

§ 9º Realizado o leilão, permanecerá depositada em conta judicial a quantia apurada, até o final da ação penal respectiva, quando será transferida ao Funad, juntamente com os valores de que trata o § 3º deste artigo.

§ 10. Terão apenas efeito devolutivo os recursos interpostos contra as decisões proferidas no curso do procedimento previsto neste artigo.

§ 11. Quanto aos bens indicados na forma do § 4º deste artigo, recaindo a autorização sobre veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade de trânsito ou ao equivalente órgão de registro e controle a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento, em favor da autoridade de polícia judiciária ou órgão aos quais tenha deferido o uso, ficando estes livres do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, até o trânsito em julgado da decisão que decretar o seu perdimento em favor da União.

Art. 63. Ao proferir a sentença de mérito, o juiz decidirá sobre o perdimento do produto, bem ou valor apreendido, seqüestrado ou declarado indisponível.

§ 1º Os valores apreendidos em decorrência dos crimes tipificados nesta Lei e que não forem objeto de tutela cautelar, após decretado o seu perdimento em favor da União, serão revertidos diretamente ao Funad.

§ 2º Compete à Senad a alienação dos bens apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento já tenha sido decretado em favor da União.

§ 3º A Senad poderá firmar convênios de cooperação, a fim de dar imediato cumprimento ao estabelecido no § 2º deste artigo.

§ 4º Transitada em julgado a sentença condenatória, o juiz do processo, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, remeterá à Senad relação dos bens, direitos e valores declarados perdidos em favor da União, indicando, quanto aos bens, o local em que se encontram e a entidade ou o órgão em cujo poder estejam, para os fins de sua destinação nos termos da legislação vigente.

Essas verbas são destinadas ao desenvolvimento de ações de repressão, tratamento, recuperação e reinserção de dependentes de drogas no Brasil. Também podem ser direcionados para escolas, investindo na capacitação profissional e em esportes, visando trazer aqueles alunos que não tem aulas em

período integral tentado afastá-los do risco de inserção no mundo das drogas (BRASIL, 2005).

5. ANÁLISE DA POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS NO BRASIL

5.1 A LEI 11.343/06 E A MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA PROIBICIONISTA

Podemos entender, através de uma profunda análise histórica, que o que determinou a manutenção do sistema proibicionista e a criminalização de determinadas substâncias foi o seguimento de um pensamento ou tendência extremamente artificial. Se levarmos em conta que determinadas substâncias hoje classificadas como ilegais já foram livremente comercializadas, como ópio ou cocaína, e, ao contrário, outras substâncias rotuladas como legais atualmente, já foram consideradas proibidas como o álcool. Aliado a esses fatos podemos verificar que os sucessivos desastres nas legislações que trataram das questões de drogas no Brasil causaram essa manutenção. Um exemplo dessa inadequação legislativa é o da referida Lei 6.368/76, que depois de 30 anos de vigência, somado ao contínuo processo de descodificação do direito penal, ocorrido durante os anos 90, acabou tornando praticamente impossível o controle de drogas ilícitas pelo sistema brasileiro de controle de entorpecentes (CARVALHO, 2016).

As inúmeras publicações de estatutos penais acabaram gerando um efeito negativo à política criminal de drogas da referida lei e a tentativa frustrada de corrigir os sucessivos equívocos, culminou na publicação parcial do texto da Lei 10.409/02 (CARVALHO, 2016).

Vejamos:

“... ratificaram a ambiguidade e a contraditoriedade dos mecanismos de criminalização primária e secundária. Mais: expuseram à sociedade civil e política a dificuldade das agências governamentais de desenvolvimento de política criminal razoavelmente coerente sobre drogas, seja proibicionista ou antiproibicionista.”

Podemos identificar que a repressão às variadas formas de comercialização e o financiamento dos narcotraficantes nortearam os objetivos da Lei 10.409/02, somado a isso também é possível verificar uma adoção dos discursos médico-jurídico em relação ao usuário/dependente e o jurídico-político nos mecanismos de combate ao tráfico de entorpecentes. Essa estrutura da Lei 10.409/02 serviu de base estrutural material na Lei 11.343/06. Apesar de identificarmos algumas alterações sensíveis na repressão ao comércio ilegal, no modelo da incriminação e não punibilidade da conduta de porte para uso pessoal, podemos identificar que o modelo proibicionista inaugurado na Lei 6.368/76 não fora abandonado com o advento da Lei 11.343/06 sendo ainda identificado em sua base ideológica (CARVALHO, 2016).

Os projetos políticos diferenciados ou descriminalizadores criados a partir de políticas públicas de redução de danos são totalmente descartados com advento do novo estatuto, o que vem a tona e toma a cena é a implementação do binômio criado entre o tratamento terapêutico penal aos usuários e dependentes e as duras sanções as pessoas ligadas ao tráfico sejam elas em caráter individual ou ligadas a alguma organização. Ou seja, a dupla face da necessidade de uma dura repressão às formas de comércio ilegal e a ideia de purificação através do ideal da abstinência presentes na retórica proibicionista nunca saíram de cena. O que fica evidente é uma descomunal pretensão na aplicação dos projetos: o punitivista com o aumento crescente na punição da figura do traficante e do moralizador ou corretor através das condutas médicas-abstinentes em que é conferido ao usuário de drogas (CARVALHO, 2016).

Entretanto, mesmo que seja possível identificar o uso da mesma base ideológica entre as Leis 6.368/76 e a Lei 11.343/06, a dita ideologia da diferenciação, é possível notar distinções intrínsecas entre as duas normas, como bem pontua o Autor Salo de Carvalho:

“Se na Lei 6.368/76 há nítida sobreposição do discurso jurídico-político ao médico-jurídico pela instauração do discurso de eliminação do traficante (inimigo interno), cujo efeito foi densificar a repressão ao comércio ilícito e suavizar a resposta penal aos usuários e dependentes – notadamente após a edição da Lei 9.099/95 -, a Lei 11.343/06 nivela a importância dos tratamentos penais entre usuários e traficantes, criando dois estatutos autônomos com respostas punitivas de natureza distinta: alta repressão ao traficante de drogas, com imposição de severo regime de punibilidade (penas privativas de liberdade

fixadas entre 5 e 15 anos); e patologização do usuário e do dependente com aplicação de penas e medidas.”

O autor ainda afirma e expõe que:

“Fundamental perceber, portanto, para que se possa dar a real dimensão às novas repostas punitivas trazidas pela Lei 11.343/06, que, apesar da crítica criminológica relativa ao fracasso da política hemisférica de guerras às drogas, não apenas a criminalização do comércio de entorpecentes e suas variáveis é mantida, como são aumentadas substancialmente as penas e restringidas as hipóteses de incidência dos substitutos penais”.

Contrariando as tendências europeias sobre políticas de redução de danos dos últimos anos, a forma como o porte para consumo foi abordado pela nova norma não foi suficiente para alterar a tendência proibicionista estruturada na reciprocidade punitiva entre os modelos penais restritivos de direitos e medidas educacionais de enclausuramento. A forma como os usuários eram “tratados” simplesmente tentou ofuscar essa tendência opressora que simplesmente operava como uma inversão ideológica dos programas de redução de danos (ROLIM, 2016).

Como bem expõe Marcos Rolim (2016):

“Experiências para redução de danos como essa encerram verdades básicas que, entre nós, tem sido enterradas pelo discurso moralista dominante. O resultado é a ‘vegetação vingadora’ das quadrilhas de traficantes, dos massacres nas favelas, da superpopulação prisional, da ausência de alternativas de tratamento para os dependentes e da corrupção que atinge a polícia e se espalha por todas as instâncias do poder. Por esses e outros efeitos, nunca foi tão evidente a necessidade de se mudar a política de drogas em nosso país”.

5.2 A VERSÃO BRASILEIRA DA GLOBALIZADA “WAR OF DRUGS”

Ações desenvolvidas pelas Forças Armadas revelam explicitamente a versão brasileira da globalizada “Guerra às Drogas”. A atual Lei de drogas serviu, também, para justificar a militarização de territórios pobres e conseqüentemente rearticular a logística do comércio de drogas. Tais ações, em claro desvio das funções atribuídas pela Constituição Federal, são exemplificadas em atuações ocorridas no final de

1994 no estado no Rio de Janeiro, nomeada de Operação Rio, na qual a intervenção militar objetivava a proteção da ordem pública e também no final de 1999, no estado de Pernambuco, na qual o objetivo era acabar com plantações de maconha naquele Estado (KARAM, 2012).

Mais recentemente, as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) trazem o novo modelo de policiamento e deixa bem clara a funcionalidade da “Guerra às Drogas” Brasileira, a qual baseia-se no controle penal sobre pobres, marginalizados e desprovidos de poder. Com o discurso de libertar as favelas cariocas dos “traficantes” de drogas, esse novo modelo consiste na ocupação militarizada dessas comunidades como se fossem territórios inimigos conquistados. Chega-se até a hastear a bandeira nacional, um claro símbolo de conquista (KARAM, 2012).

Essas ocupações sujeitam as pessoas que vivem em locais conquistados, a uma constante monitorização e vigilância com frequentes revistas pessoais e domiciliares por policiais fortemente armados sem mandado. Funcionam como uma imposição de submissão, pois sabendo que estão constantemente vigiados o indivíduo acaba por adestrar-se para a obediência à ordem vigente. Qualquer manifestação de inconformismo ou denúncias de abusos acabam por ser desqualificadas sob fácil alegação de que os autores dos questionamentos estariam ligados aos traficantes (KARAM, 2012).

Em duas das favelas do Rio de Janeiro, o Complexo do Alemão e a Vila Cruzeiro, o cenário de guerra se concretiza com a presença de tanques de guerras e militares fortemente armados com fuzis e metralhadoras. Nesses locais, a ocupação realizada desde novembro de 2010 é feita não somente pela polícia, mas também pelas forças armadas. Já no “asfalto” o policiamento é regular, deixando bem claro a exceção para os pobres e marginalizados (KARAM, 2012).

O principal alvo da “Guerra às Drogas” brasileira é o traficante da favela pobre, negro, marginalizado e desprovidos de poder. Antes de tudo, portanto, é preciso priorizar a mudança da trágica história brasileira de desigualdade social. A atual política antidrogas promove humilhação, controle e submissão dos pobres, negros, marginalizados e desprovidos de poder. A “Guerra às Drogas”, como qualquer outra guerra, também produz vítimas e também torna-se letal (KARAM, 2012).

A repressão militarizada se expressa de forma mais grave no Brasil, na regulamentação, com o Decreto 5.144/04, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica e concretiza a previsão de abate de aeronaves suspeitas de tráfico de drogas ilícitas, instituindo indiretamente a pena de morte, sendo esta a consequência praticamente certa do abate (KARAM, 2012).

O Ministério da Justiça, em seu recente relatório sobre a população carcerária brasileira, trouxe dados relativos a dezembro de 2014 sobre o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Esse relatório revela que a versão brasileira de “Guerra às Drogas” é o principal motivo do encarceramento massivo verificado no Brasil (INFOPEN, 2014).

O Brasil continua a ter a quarta maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos EUA, China e Rússia. Cabe ressaltar aqui que, enquanto nesses três países têm-se observado uma tendência de redução ou estabilização de suas populações carcerárias, no Brasil o crescimento é ininterrupto. Em dezembro de 2014, o Brasil possuía 622.202 presos. Esse número mostra que desde 2000 a população carcerária brasileira vem crescendo 7% ao ano. 622.202 presos correspondem a 306 presos por cem mil habitantes, mais que o dobro da média mundial que é de 144 presos por cem mil habitantes (INSTITUTE FOR CRIMINAL POLICY RESEARCH, 2014).

Em uma breve progressão temporal podemos verificar que em 1995 a proporção era de 92 presos por cem mil habitantes; em 2000, 133 por cem mil habitantes; em 2006, 212 por cem mil habitantes; em 2012, 275 por cem mil habitantes (INFOPEN, 2014).

Conforme os dados do Ministério da Justiça, 28% do total de presos brasileiros em dezembro de 2014 eram acusados e condenados por tráfico das arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas. Isso mostra que acusações e condenações por tráfico constituem o segundo maior motivo de encarceramento quando considerados tais crimes isoladamente. Em dezembro de 2005, a partir de quando começaram ser fornecidos dados correlacionando o número de presos com as espécies de crimes, os acusados por tráfico correspondiam à 9,1% dos presos brasileiros; em 2010 eram 21%; em 2012, 26,9%. Considerando apenas a população

feminina a proporção de acusadas e condenadas por crimes relacionados às drogas ilícitas, em dezembro de 2014, se eleva a 64% das presas (INFOPEN, 2014).

A Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo divulgou um levantamento relativo a junho de 2015, o qual mostra que 38,9% dos 221.636 presos no Estado, o maior contingente do país, são acusados e condenados por tráfico de drogas. Proporção que se eleva a 70% entre as mulheres (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, 2015).

O crescimento desgovernado dos presos por tráfico de drogas não tem qualquer efeito sobre a circulação, comercialização e uso das selecionadas drogas ilícitas. O mais recente relatório do Secretariado do Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes relata o crescimento do consumo de cocaína no Brasil. Ou seja, a “Guerra às Drogas” brasileira, além de danosa e sanguinária, é totalmente inútil e fracassada (UNODC, 2014).

Os dados trazidos pelo Ministério da Justiça sobre os presos brasileiros também não deixam dúvida quanto aos alvos da política massiva de privação de liberdade da “Guerra às Drogas”. A proibição da produção e comércio das drogas ilícitas gera tamanha violência causando mortes prematuras. Os sobreviventes superlotam os presídios, sendo praticamente todos pobres, negros, marginalizados e desprovidos de poder. Confirmando tal questão, dados relativos a dezembro de 2014 revelam que 61,67% dos presos brasileiros, são negros ou pardos, enquanto que na população brasileira em geral eles representam 51% da população. Quanto à escolaridade, 75,8% dos presos têm no máximo o ensino fundamental (INFOPEN, 2014).

O fim da proibição das drogas ilícitas, com consequente fim da falida e nociva política de “Guerra às Drogas” é sem dúvida a principal medida capaz de pôr fim à desenfreada expansão do encarceramento no Brasil. É de caráter urgente a legalização, regulação e controle da produção, do comércio e do consumo de todas as drogas (INFOPEN, 2014).

5.3 DEZ ANOS DA LEI 11.343/06: SEUS IMPACTOS E PERPECTIVAS FUTURAS

Através de uma análise crítica, é possível perceber que a aprovação desse sistema resultou no aumento do encarceramento por crimes relacionados a drogas, em especial o aumento expressivo desses números entre as mulheres. A aprovação dessa lei reforça a separação entre usuários e traficantes, patologizando aqueles e criminalizando esses. Na teoria, a proposta é de que as pessoas usuárias devem receber assistência e atenção à saúde, porém num país em que o sistema de saúde é falido, muitas vezes se resumem em tratamentos forçados em condições insalubres, ferindo assim os direitos humanos. Ao mesmo tempo, ainda se observa a permanência da violência, às quais as pessoas envolvidas no comércio de drogas estão submetidas. Além do aumento no encarceramento no Brasil, a atual lei também justificou a militarização de territórios pobres, conforme exemplificado anteriormente (SESTOKAS, 2016).

As discussões sobre a política de drogas brasileira ganhou forças com o julgamento do Recurso Extraordinário 635.659, o qual pretende a declaração da inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas que criminaliza o consumo pessoal de entorpecentes não autorizados, ferindo o direito individual à intimidade e à vida privada previsto no Artigo 5º, X, da Constituição federal (SESTOKAS, 2016).

Dentre os discursos proferidos, duas questões chamam atenção: a necessidade de definição de critérios objetivos para diferenciar usuários de traficantes, e a possibilidade de restrição da descriminalização do uso à maconha (SESTOKAS, 2016).

É importante ressaltar que, restringir a descriminalização à maconha tem pouco ou nenhum impacto na população que hoje enfrenta uma estigmatização e dificuldades no acesso a direitos decorrentes do uso de drogas como crack, cocaína ou mesmo drogas sintéticas. O uso dessas substâncias é frequentemente associado a grupos mais pobres, o que aumenta o contexto da desigualdade socioeconômica já existente no país. Sendo assim, dar continuidade à criminalização de usos de

forma geral significa manter a dificuldade no acesso a direitos básicos e a inserção dessas pessoas no sistema de justiça criminal (SESTOKAS, 2016).

Mesmo não sendo um delito punível com prisão, o uso de substâncias psicoativas continua criminalizado, ou seja, a pessoa usuária pode ser conduzida à delegacia, ser indiciada e julgada. Se houver arranjo para que a pessoa não seja processada, ela é obrigada a cumprir condições determinadas pela polícia ou pelo Judiciário de forma discricionária. Se houver processo, ainda que ela não possa ser condenada à reclusão, ela recebe penas alternativas, medidas também graves e onerosas para as pessoas cumpridoras (SESTOKAS, 2016).

A descriminalização do uso de forma geral trabalharia para uma mudança de foco. Sairíamos de uma questão de segurança pública e chegaríamos a uma questão de saúde e assistência social. O que também contribuiria para a diminuição de estigmas negativos associados à pessoa usuária (SESTOKAS, 2016).

Porém, critérios objetivos para diferenciar usuário de traficante deixariam de avaliar casos específicos. Como exemplo, e até mesmo justificativa para o alto número de mulheres encarceradas por tráfico de drogas, há casos de mulheres que alugam cômodos de suas residências em que eventualmente são estocadas grandes quantidades de drogas. Essa é uma alternativa para a geração de uma renda extra, que contribui para as despesas da casa e de seus filhos, uma responsabilidade que frequentemente recai sobre a mulher. Ou seja, mesmo sem fazer parte do crime organizado e mesmo sem realizar o comércio, estas mulheres estão sujeitas a serem presas como traficantes (SESTOKAS, 2016).

Reforçar um discurso punitivista em relação ao tráfico fortalece práticas de exclusão social das pessoas que trabalham no varejo de drogas, assim como ignorar que a violência associada a essas atividades é em grande parte decorrente da atuação policial (SESTOKAS, 2016).

Uma das principais heranças trazidas pela Lei das Drogas nesses 10 anos é que delitos relacionados a drogas são a principal causa de encarceramento, especialmente do sexo feminino, levando a um aumento de mais de 50% da população carcerária brasileira (SESTOKAS, 2016).

A discussão sobre a inconstitucionalidade do Artigo 28 pode não ser suficiente para reduzir o encarceramento, pois não significa uma mudança no paradigma de “Guerra às Drogas”. Ainda existem acordos e convenções internacionais que estabelecem a criminalização do comércio de drogas. No entanto, verifica-se que os consumidores de drogas ilícitas não encontram dificuldades para compra-las, demonstrando a fragilidade importante no sistema de repressão às drogas. Conclui-se que se prendem centenas de milhares de pessoas por tráfico de drogas, mas o consumo continua, mostrando os limites da política repressiva (SESTOKAS, 2016).

Pudemos verificar que existiram projetos que tramitaram nas casas legislativas, paralelamente a consolidada Lei 11.343/06 que manteve os efeitos danosos do ponto de vista jurídico, social, econômico, educacional, sanitário e individual, uma delas foi à apresentação da PL 4.591/94 no Senado que buscava elucidar outra saída para a questão de drogas no país. Essa proposição expunha a possibilidade de um projeto diferenciado pautado em alternativas que além de demonstrar o elevado custo que um projeto como a Lei 11.343/06 causaria, ainda elucidava outra forma de abordar a questão de drogas no país (CARVALHO, 2016).

Contudo, o que podemos entender com a manutenção e entrada em vigor da Lei 11.343/06 é uma necessidade da lógica belicista e sanitaria na política relativa às drogas no Brasil. A opção por esse modelo normatizador e moralizante é inserido no tratamento de usuários pela justiça terapêutica e no comércio ilegal, onde busca-se a adjetivação hedionda dessas condutas (CARVALHO, 2016).

Como bem pontua Salo de Carvalho:

“O principal postulado do direito penal moderno, que funda os modelos de direito penal do fato, é a radical separação entre direito e moral, determinando que a pena não pode servir para reforçar ou impor determinados padrões de comportamento. A assunção do pluralismo Cultural, portanto, é máxima fundante dos Estados Democráticos de Direito. Neste quadro, os princípios de lesividade, intimidade e vida privada instrumentalizam a máxima secularizadora, visto que somente podem ser proibidas condutas que ofendam ou coloquem em perigo (concreto) bens jurídicos de terceiros. Exclui-se, pois, qualquer legitimidade criminalizadora contra atos autolesivos, condutas que não violam ou arriscam bens alheios, condições ou opções individuais (ideológicas, políticas, religiosas, sexuais, entre outras).”

Podemos verificar que o discurso criminalizador é insustentável, ele acaba operando sobre visíveis inversões ideológicas como, por exemplo, a tutela do bem jurídico da saúde pública que é sempre usada para justificar esse viés criminalizador da política de drogas (CARVALHO, 2016).

Salo de Carvalho também pontua sobre a questão:

“A incongruência na incriminação é perceptível ao se verificar o direcionamento das agências de punitividade na repressão às drogas sob o discurso da tutela da saúde pública, quando é no mínimo temerária gestão pública deste sistema. O descaso das autoridades públicas com a prestação de serviços minimamente razoáveis na área de saúde deslegitima qualquer pretensão de utilização do aparato penal para sua proteção. A analogia poderia ser estendida inclusive aos déficits da administração pública em geral, como no caso da (dê)s ordem econômica, previdenciária, entre tantos outros exemplos possíveis”.

Esse falso discurso do direito penal de tutela de bens jurídicos serviu como uma cortina de fumaça para a intensificação das práticas punitivas. Quando a questão da segurança pública é usada para justificar as práticas abusivas do estado, devemos analisar primeiramente os índices inexistentes de melhora e a incapacidade dos gestores em promover uma prestação básica de serviços que vise realmente uma melhora na saúde pública (COSTA, 2005).

Em suma, a professora Helena Regina Lobo da Costa expõe o seguinte pensamento:

“Para proteger a indefinida e vaga ‘saúde pública’, negligencia-se a proteção da saúde individual e concreta (...). Este paradoxo faz com que a sanção penal se torne, paulatinamente, um mero marco decorativo, desprovido de qualquer sentido de justiça”.

A sobrecarga do sistema de justiça criminal faz com que a taxa de esclarecimento de homicídios seja muito baixa. Ao deslocar a política de drogas

para o setor de saúde pública, libera-se o aparato da justiça criminal, que assim teria condições de utilizar os seus recursos para enfrentar crimes mais graves, como homicídios.

Os resultados obtidos após dez anos de vigência da Lei 11.343/2006, mostram que apenas os prognósticos mais perversos se concretizaram e que a lei não trouxe nenhum resultado positivo para a sociedade. Os índices de criminalidade continuam a crescer, a oferta de substâncias ilícitas só aumenta e os níveis de encarceramento chegaram ao seu ápice, ou seja, a bolha carcerária está próxima de uma explosão. Há cinco anos um estudo foi realizado pelas Universidades de Brasília - UnB e a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e o que se provou é que, a Lei 11.343/06 só atingia realmente os pequenos e, em poucos casos, os médios traficantes que em sua maioria agem individualmente. Ou seja, o estudo já demonstrava que o superencarceramento seria massivo e essa política só prejudicaria o próprio estado e a sociedade (BOITEUX, 2009).

Vejamos:

“Destaca-se da Tabela 7 o número elevado de casos em que existe apenas um único acusado, índice esse superior a 60%, tanto no Distrito Federal quanto no Rio de Janeiro. O dado nos permite concluir que os traficantes selecionados pelo sistema penal no universo investigado atuam, em sua maioria, de forma individual – ou, pelo menos, foram presos nessa situação. No caso das Varas Federais do RJ, esse índice é ainda maior, alcançando quase 70%. O dado é eloquente no sentido de revelar que, à diferença da ideia difundida pelo senso comum, o traficante não é, “por definição”, integrante de “organização criminosa”, nem atua, necessariamente, em associação. A análise dos acórdãos do STF chegou à mesma constatação. [...] Nas Varas Criminais do DF a percentagem de 23,4% de falta de informação impede qualquer avaliação conclusiva. Já nas Varas Criminais do RJ, ressalta a maioria dos acusados de primários e somente 16,8% de reincidentes. Também se destaca a percentagem de mais de 80% de primários nas Varas Federais do RJ.”

A conclusão atingida em 2009, que pode ser usada para balizar o discurso nos dias de hoje, é que a Lei 11.343/06, mais especificamente o art. 33 da referida lei, somente enquadrava réus primários e a sua relação com o crime organizado é inexistente. Ou seja, o discurso usado para justificar a Lei, que era o combate ao crime organizado, nunca existiu. A Lei só atinge os pequenos traficantes e o

encarcera. Essa conduta gera um ônus incalculável ao estado e só implica na superlotação de praticamente todos os presídios no Brasil. Somado a isso verificamos que a referida Lei, além de abusiva, ainda não apresenta uma distinção aceitável entre os tipos penais do art.28 e do art. 33 o que nos leva a uma realidade injusta e ineficiente que já dura 10 anos (BOITEUX, 2009).

Apesar de demonstrados os aspectos negativos do modelo proibicionista e repressivo aplicado a nossa legislação existe um medo das políticas descriminalizantes e que tendem a aplicar políticas de redução danos. Fica claro que um dos fatos para essa não aceitação é uma ilusão que com a aplicação de uma política de descriminalização, mesmo que aplicada somente as drogas leves, possa gerar um aumento assustador no número de usuários e as ditas drogas leves passem a ser consumidas em níveis alarmantes diante da permissão estatal (KARAM, 2009).

Como bem demonstra a professora Maria Lúcia Karam:

“A necessária legalização não conduzirá ao caos, a uma temida “permissividade”, ou a uma disseminação incontrolável da produção, da distribuição e do consumo de drogas, como enganosamente anunciam os adeptos ao proibicionismo criminalizador. Aliás, vale mencionar que pesquisa realizada pelo Zogby, nos EUA, em dezembro de 2007, registrou 99% de respostas negativas à indagação sobre se, uma vez legalizadas drogas como cocaína ou heroína, os entrevistados passariam a consumi-las, assim se projetando um consumo de tais substâncias em proporções semelhantes às já ocorrentes. Vale também mencionar que na Holanda, onde o consumo de derivados da cannabis é acessível nas coffe-shops, o European Monitoring Centre for Drug and Drug Addiction registrou, em 2005, um percentual de apenas 12% de consumidores entre jovens de 15 a 24 anos. Nos EUA, conforme a pesquisa National Survey on Drug Use and Health, referente a 2004-2005, esse percentual era de 27,9%, de consumidores entre 18 e 25 anos.”

Fica evidente que o medo relacionado entre a política de legalização ou descriminalização e o aumento ao número de usuário nunca poderia ser atrelado, pois o que pode ser verificado é totalmente o inverso. Estudos apresentados dos países que adotaram políticas de redução de danos mostra que há um maior controle do consumo por parte do Estado e uma política mais rígida de restrições ao uso. Com a adoção dessa política descriminalizadora o Estado seria o detentor do

controle sobre o número de usuários, o que não é verificado hoje, pois é impossível precisar o número de usuários com uma política proibicionista. A qualidade das substâncias consumidas seria ministrada pelo Estado, retirando da clandestinidade e diminuindo o risco ao usuário. Essa conduta seria benéfica até em um cenário de descriminalização de drogas mais pesadas como a cocaína e drogas sintéticas. O controle e a produção seria exercido efetivamente pelo Estado, através de agências reguladoras. Abandonar-se-ia o controle que hoje é exercido pelo narcotráfico, controle esse mais do que inadequado, deslocar-se-ia o efetivo do Estado, usado para combater as drogas, para uma real e verdadeira segurança pública. O verdadeiro tabu que deve ser combatido é a não existência de drogas “boas” ou “más”, mas sem sombra de dúvidas a forma como essas substâncias são usadas e qual a sua procedência (KARAM, 2009).

Por isso, alguns países já começaram a discutir e implementar mudanças na política de repressão às drogas. Diversos organismos não governamentais brasileiros também integram este movimento e defendem a descriminalização e o controle do Estado sobre as drogas. Por isso, a perspectiva de mudança está na união dos atores engajados na luta pela garantia dos direitos humanos (SESTOKAS, 2016).

6. INOVAÇÕES LEGISLATIVAS EM POLÍTICAS SOBRE DROGAS AO REDOR DO MUNDO

Reformas legislativas em políticas sobre drogas ao redor do mundo, que afastaram o modelo repressivo e de tolerância zero e avançaram em direção a uma política de drogas mais humana, já apresentaram impactos sobre os níveis de consumo e sobre os danos associados aos indivíduos e a sociedade.

6.1 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Apesar do governo federal manter o comando do modelo proibicionista ao redor do mundo, é crescente o número de Estados que estão adotando alguma forma de descriminalização ou legalização da maconha para fins medicinais ou para seu uso integralmente (ARAUJO, 2012).

“A 'Guerra às Drogas' de nada serviu para reduzir o uso de drogas. Mas essa fracassada política proibicionista alcançou alguns resultados: mais e mais policiais mortos em ação; bilhões em impostos desperdiçados; poderosos e sólidos cartéis de drogas; violência fora de controle em nossas cidades. É muito bom ver que nossos representantes eleitos finalmente começam a se referir a estes problemas, mas ainda há muito a ser feito.” – Neill Franklin, Major aposentado da Polícia do Estado de Maryland, diretor executivo da LEAP, no jornal Huffington Post.

Desde 1973, 17 estados implementaram leis de descriminalização da cannabis. Embora ainda seja criminalizada pela lei federal, estados e municípios em todo os EUA definem seus próprios métodos de aplicação de políticas e penalidades relacionado à cannabis (ARAUJO, 2012).

Embora a cannabis seja a única droga ilícita descriminalizada em qualquer Estado nos EUA, alguns deles vem apresentando progressos no sentido de reduzir as penalidades associadas aos delitos de drogas menos ofensivas (ARAUJO, 2012).

Na Califórnia, após a aprovação por 61% da população em referendo no dia 07 de novembro de 2000, a Proposição 36 – Lei de Abuso de Substâncias e Prevenção do Crime mudou a lei do Estado para infratores condenados por sentenças não-violentas, posse de drogas pela primeira ou segunda vez. Essas pessoas condenadas devem passar por um tratamento comunitário em liberdade condicional ao invés da prisão (ARAUJO, 2012).

Na prática, tal proposição não tem cumprido seu papel efetivamente, pois não são todas as pessoas que entraram em tratamento através do programa que o completaram satisfatoriamente. Além disso algumas pessoas que entraram no

programa foram presas por delito com drogas novamente num prazo de 2 anos e meio (ARAUJO, 2012).

A Proposição 36 não criou um sistema de descriminalização formal, visto que o individuo deve ser condenado culpado pelo crime para ser introduzido no programa alternativo. Além disso, o indivíduo deve terminar o tratamento com sucesso para ter sua ficha criminal limpa (ARAUJO, 2012).

Em um plebiscito realizado no dia 02 de novembro de 2010, a população votou a Proposição 19, a qual legalizaria a maconha. Mas essa proposta foi recusada por 54% dos eleitores. Tal decisão mostrou uma vitória crítica da autoridade federal americana, visto que a lei que estava em votação contraria às leis federais, bem como o tratado das Nações Unidas, que apoia a Guerra as Drogas (ARAUJO, 2012).

Em contrapartida o Estado do Colorado no dia 06 de novembro de 2012, aprovou a Proposição 64, a qual legalizou o uso recreacional da maconha. A nova legislação se aplica a pessoas maiores de 21 anos, que poderão cultivar até 6 plantas de maconha, portar até 28 gramas e dar de presente a mesma quantidade à outras pessoas maiores de idade (WONG, 2015).

6.2 PORTUGAL

Em 2001 Portugal descriminalizou a posse e o uso de drogas, um passo ousado em direção à uma política de drogas baseada em evidências. Como mostrado anteriormente, Portugal não foi o primeiro país a descriminalizar as drogas ilícitas, mas tomou essa decisão em resposta a um problema de drogas percebido nacionalmente. A descriminalização trouxe também o redirecionamento da política de drogas portuguesa para um modelo de prioridade da saúde pública com intenso investimento financeiro do Estado (GREENWALD, 2009).

Portugal adotou as novas medidas de redução de danos para coordenar e reestruturar os centros de acolhimento, abrigos, unidades de saúde, programas de prescrição de drogas, programa de fornecimento de seringas e outras iniciativas para dependentes de drogas (GREENWALD, 2009).

Esse modelo de descriminalização e adoção do uso de drogas como um problema de saúde pública teve como resultado importantes reduções nos danos relacionados às drogas. Portugal está apresentando um significativo declínio no uso de drogas entre algumas populações mais vulneráveis (GREENWALD, 2009).

A lei de descriminalização impõe que quando a polícia encontrar um indivíduo portando uma quantidade para consumo pessoal de até 10 dias, uma medição aferida pelo governo baseada numa média de consumo diária, o oficial emite para aquela pessoa uma intimação encaminhando o indivíduo para um encontro com uma Comissão de Dissuasão, formada por três profissionais de várias diferentes especialidades como médicos, assistentes sociais e profissionais legais. As reuniões são focadas na questão de saúde, avaliando o tratamento necessário, se for o caso. Essas reuniões são amparadas com uma gama de sanções à sua disposição para responder a necessidade de cada pessoa. Dentre essas sanções estão inclusas tratamento para os dependentes, obrigatoriedade de serviço comunitário, exigindo relatórios regulares, suspensão de carteira de motorista ou outras licenças e emissão de multas como último recurso. Caso seja encontrado uma quantidade superior a 10 dias de consumo pessoal, o indivíduo é encaminhado a um tribunal penal, onde estará sujeito às sanções criminais por tráfico ou consumo criminal (GREENWALD, 2009).

A opinião de críticos sobre o impacto do modelo Português varia entre o sucesso e o fracasso. Alguns alegam que a descriminalização tem levado a redução significativa no uso de drogas e outros reivindicam um aumento significativo.

A mudança mais significativa que a descriminalização das drogas trouxe para Portugal foi na área da saúde pública. O número de dependentes químicos em tratamento aumentou e ocorreu uma significativa redução na transmissão de doenças comuns entre dependentes químicos. Especialistas atribuem essa queda à

expansão dos serviços de redução de danos em conjunto com a política de descriminalização (GREENWALD, 2009).

No âmbito da justiça criminal o país apresentou uma redução significativa no número de infrações penais de drogas. Isso levou a uma redução na porcentagem de prisões relacionadas com crimes cometidos por drogas, e consequentemente na população carcerária do país (GREENWALD, 2009).

6.3 URUGUAI

O sistema legislativo uruguaio intriga com suas medidas revolucionárias na regulação do mercado de maconha. A política adotada pelo Uruguai mostra-se paradigmática no contexto latino-americano, uma vez demonstrados os esforços proibicionistas pregados pelo EUA no continente, a perspectiva uruguaia é guiada pela redução de danos, pela descriminalização do consumo e, revolucionariamente, pela regulação estatal de todo o processo de produção, comércio e consumo de cannabis (GARAT, 2015).

Dentre as transformações no sistema de regulação e proibição das drogas no Uruguai, destaca-se o pioneirismo mundial na regulação do comércio de maconha com a pretensão de possibilitar, desse modo, o controle de qualidade, a imposição de limite de quantidade aos usuários, a promoção da informação e a conscientização quanto aos efeitos (GARAT, 2015).

A intrigante evolução desse sistema surge num contexto mundial de acirramento da repressão à produção, ao comércio e ao consumo de drogas principalmente aos países latino-americanos. Ainda se reconhece a América Latina como um ambiente vulnerável política e economicamente, em especial à política externa dos EUA. O desenvolvimento de um debate social culminou em uma medida diametralmente oposta à perspectiva internacional (GARAT, 2015).

O projeto de lei pela regulação da maconha foi apresentado em 2012, pelo governo uruguaio, para ser votado a partir de agosto de 2013 e ter a aprovação até dezembro desse ano (GARAT, 2015).

A lei 19.172, de 2013, deixa clara a política de redução de danos e riscos do uso de maconha com base na promoção da informação, educação e prevenção acerca de seus efeitos prejudiciais. Para tanto, estabelece o controle estatal na regulação de todas as atividades relacionadas ao cultivo, plantação, importação, exportação, produção, aquisição, armazenamento, comercialização e distribuição da cannabis e seus derivados. Em suas disposições gerais, a norma institucionaliza os pressupostos políticos, econômicos e sociais da regulamentação da maconha. Sua expressão como garantia da liberdade individual, saúde de qualidade, segurança e melhores condições de vida se formalizam na lei. Prossegue-se explicitando a medida de proteção da sociedade, que precisa entrar em contato com o narcotráfico para atender ao consumo; a partir disso também se intenta desestruturar o mercado ilícito. Longe de se incitar o uso com a regulamentação, a medida apenas proporciona a veiculação de campanhas educativas, o controle de qualidade do bem de consumo da sociedade e a promoção de tratamento adequado em caso de uso abusivo, prescindindo-se da estigmatização (GARAT, 2015).

A lei inseriu também modificações na norma vigente para estabelecer a especialidade do cultivo da cannabis condicionada à autorização do Instituto de Regulação e Controle da Cannabis (IRCCA), assim como sua industrialização e seu comércio. Estabelece também a quantidade de até seis plantas de maconha de efeito psicoativo ou o produto de até 480 gramas de sua colheita como cultivo doméstico para consumo pessoal e descriminaliza tal atividade (GARAT, 2015).

A nova normativa ainda dispõe sobre os clubes de sócios para cultivo e colheita de plantas de cannabis de efeito psicoativo, também regularizando tal atividade e submetendo-a ao controle do IRCCA, que limita o número de sócios e a produtividade. De acordo com tal modificação, a aquisição de cannabis para uso pessoal fica condicionada ao registro correspondente pelo consumidor, em que seria estabelecida uma cota de 40 gramas mensais a quem se prestar ao consumo não medicinal (GARAT, 2015).

A política de redução de danos e riscos é operacionalizada ao se determinar o estabelecimento de dispositivos de informação, assessoramento, diagnóstico, derivação, atenção, reabilitação, tratamento e inserção de usuários abusivos de drogas. A norma determina a inclusão de políticas educativas para prevenir toxicomanias na grade curricular primária, na educação secundária e no ensino

técnico-profissional. Ao mesmo tempo, proíbe-se a veiculação de qualquer programa publicitário que incentive ou promova o uso da maconha (GARAT, 2015).

Após a regularização da cannabis, passa a ser capaz de restringir seu uso em espaços públicos da mesma maneira que se fazia com o tabaco. Também estabelece limite etário ao consumo, restrito a maiores de 18 anos, além de proibir a condução de veículo automotor sob o efeito da maconha, estabelecendo aos infratores as mesmas penalidades atribuídas a condutores sob o efeito de álcool (GARAT, 2015).

Enfim para avaliar e monitorar as expressões da inovação que se apresentam pela regulamentação da maconha, a nova lei criou uma unidade especializada em avaliação e monitoramento no âmbito do Ministério da Saúde Pública para monitorar as políticas que estão sendo implementadas com a incumbência de apresentar, anualmente, informes a ser avaliados pelos órgãos responsáveis pela operacionalidade da lei (GARAT, 2015).

Os fundamentos e a operacionalidade das medidas anunciadas recentemente pelo Uruguai são revolucionários ao criticar uma política que se preste à segurança pública orientada pela imposição do medo e, para além de tal consciência, implementar de fato medidas alternativas que preconizem a promoção da convivência e combatam a estigmatização do usuário a fim de lhe proporcionar o tratamento de saúde mais coerente com seu problema (GARAT, 2015).

7. CONCLUSÃO

O Brasil, historicamente, sempre adotou ou absorveu uma política proibicionista e esta política mesmo se mostrando incapaz, onerosa e perigosa é bem aceita por boa parte da população e dos nossos governantes.

Com o desenvolvimento do trabalho pode-se verificar que a política proibicionista-belicista vem sendo rechaçada e abandonada em várias partes do mundo. Inúmeros países como Portugal Uruguai e Estados Unidos vêm adotando alternativas descriminalizadoras e essas políticas, contrariando o discurso popular, vêm apresentando dados mais do que satisfatórios. Mesmo os Estados Unidos uma nação que capitaneava o proibicionismo mundial, tem mostrado ao mundo que errou e aos poucos vem adotando uma política descriminalizadora e de redução de danos. A experiência norte americana talvez seja a mais viável para o Brasil, pois a tributação das substâncias controladas pelo estado mostra-se muito atrativa a um país nas dimensões da nossa pátria.

Contudo, o que podemos verificar é que o Brasil vem a toda velocidade na contramão da tendência mundial, enquanto aqui usamos Unidades de Polícia Pacificadora para adentrar em regiões onde o estado é inexistente, o mundo adota políticas rentáveis e humanizadas para combater as drogas. Por tudo que foi demonstrado no trabalho, é, de fato, necessária uma revisão da Lei 11.343/06.

A mudança tem que possuir um entendimento antiproibicionista. Deve-se entender que o tema drogas não está relacionado apenas ao direito Penal e ao histórico normativo. Essa questão é de interesse social, econômico e envolve uma série de conflitos de interesse.

A tentativa punitiva e paternalista do Brasil em tentar controlar e proibir o uso de certas substâncias pode ser vista como uma piada de mau gosto, pois o governo não é capaz de fornecer o mínimo, quando levamos em consideração nossa educação, segurança e saúde. O único reflexo desse excesso de criminalização é a nossa superpopulação carcerária. A solução adotada pelo Brasil não diminui os índices de violência e criminalidade. Esconder os nossos problemas em presídios ou com “tratamentos” forçados não vai fazer com que o problema diminua.

O problema das drogas no Brasil não deveria ser combatido através de prisões ou criminalizações excessivas, mas sim com alternativas mais humanizadas e menos invasivas. Pensar que uma solução adotada como em Portugal resolveria os nossos problemas seria utópico. Mas, pensar diferente e independente de fatores externos, pelo menos uma vez, poderia ser a solução para adotarmos um sistema menos proibicionista e menos oneroso. Talvez se entendermos que uma solução duradoura primeiramente deve respeitar a constituição e consequentemente as liberdades individuais, abandonaríamos a prática antiquada e repressiva da atual política de drogas proibicionista e avançaríamos rumo à idealizada política descriminalizadora e redutora de danos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Candido Mendes de. Ordenações e leis do Reino de Portugal. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Typ. Do Instituto Philomathico, 1870.

ARAUJO, Tarso. Almanaque das drogas. São Paulo: Leya 2012.

BARATTA, Alessandro. Introdução à criminologia da droga. Criminología y sistema penal: compilación in memoriam. Buenos Aires: B de F, 2004.

BOITEUX, Luciana. Projeto pensando o direito: tráfico de drogas e constituição. 1ª Edição. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/01Pensando_Direito3.pdf > Acesso em: 15 de novembro de 2016

BRASIL. Código Criminal do Império do Brazil, 1830. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Constituição, 1988. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Decreto nº 828, de 29 de setembro de 1851. Manda Executar o Regulamento da Junta de Hygiene Publica. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1851, 30º da Independencia e do Imperio. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-828-29-setembro-1851-549825-publicacaooriginal-81781-pe.html> > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1890. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Decreto nº 2.861, de 8 de julho de 1914. Approva as medidas tendentes a impedir o abuso crescente do opio, da morphina e seus derivados, bem como da cocaina, constantes das resoluções aprovadas pela Conferencia Internacional de

Opio, realizada em 1 de Dezembro de 1911 em Haya. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1914, 93º da Independência e 26º da República. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2861-8-julho-1914-575437-publicacaooriginal-98630-pl.html> > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Decreto nº 20.930, de 11 de janeiro de 1932. Fiscaliza o emprego e o comércio das substâncias tóxicas entorpecentes, regula a sua entrada no país de acordo com a solicitação do Comité Central Permanente do Opio da Liga das Nações, e estabelece penas. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1932. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20930-11-janeiro-1932-498374-publicacaooriginal-81616-pe.html> > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Decreto nº 780, de 28 de abril de 1936. Cria a comissão permanente de fiscalização de entorpecentes. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1936. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-780-28-abril-1936-472250-norma-pe.html> > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Decreto nº 891, de 25 de novembro de 1938. Aprova a Lei de Fiscalização de Entorpecentes. Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1938. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0891.htm > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Decreta o Código Penal. Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1940. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Decreto nº 5, de 07 de abril de 1964. Aprova a Convenção Única sobre Entorpecentes, Assinada em Nova York, a 30 de março de 1961. Diário Oficial da União. Seção 1 08 de abril de 1964. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54036-21-julho-1964-394064-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Decreto nº 54.216, de 27 de agosto de 1964. Promulga a Convenção Única de Entorpecentes. Brasília, 27 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54216-27-agosto-1964-394342-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Decreto nº 159, de 10 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre as substâncias capazes de determinar dependência física ou psíquica, e dá outras providências.

Brasília, 10 de fevereiro de 1967. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-159-10-fevereiro-1967-373406-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Decreto nº 5.144, de 16 de julho de 2004. Regulamenta os §§ 1º, 2º e 3º do art. 303 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no que concerne às aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins. Brasília, DF, 16 de jul de 2004. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5144.htm > Acesso em: 11 de novembro de 2016

BRASIL. Decreto nº 5912, de 27 de setembro de 2006. Regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 27 set. 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5912.htm > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. A Prevenção do Uso de Drogas e a Terapia Comunitária. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2006. Disponível em: < http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cidadania-assistencia-e-inclusao-social/prevencao-as-drogas/prevencao_drogas.pdf > Acesso em: 15 de outubro de 2016

BRASIL. Inovação e Participação. Relatório de Ações do Governo na Área da Redução da Demanda de Drogas. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2006.

BRASIL. Lei nº 5.726/1971, de 29 de outubro de 1971. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5726-29-outubro-1971-358075-publicacaooriginal-1-pl.html> > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Lei nº 6.368/1976, de 21 de outubro de 1976. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6368.htm > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Lei nº 8.072/1990, de 25 de julho de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Lei nº 9.034/1995, de 03 de maio de 1995. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9034.htm > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Lei nº 9.296/1996, de 24 de julho de 1996. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9296.htm > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Lei nº 9.613/1998, de 03 de março de 1998. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9613.htm > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Lei nº 10.217/2001, de 11 de abril de 2001. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10217.htm > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Lei nº 10.409/2002, de 11 de janeiro de 2002. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10409.htm > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Lei nº 11.343/2006, de 23 de agosto de 2006. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L11343.htm > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Lei nº 11.705/2008, de 19 de junho de 2008. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L11705.htm > Acesso em: 16 de setembro de 2016

BRASIL. Política Nacional sobre Drogas. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional Antidrogas, 2005. Disponível em: < <https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/politicas-sobre-drogas/cartilhas-politicas-sobre-drogas/2011legislacaopoliticaspublicas.pdf> > Acesso em: 15 de outubro de 2016.

BRASIL. Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Disponível em: < http://www.anvisa.gov.br/hotsite/talidomida/legis/Portaria_344_98.pdf > Acesso em: 11 de novembro de 2016

CARVALHO, Salo. A política criminal de drogas no Brasil: Estudo criminológico e dogmático. 8ª ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2016.

COSTA, Helena Regina Lobo. Análise das Finalidades da Pena nos Crimes de Tóxicos. In: REALE JR. Drogas: aspectos penais e criminológicos. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DEL OLMO, Rosa. A face oculta da droga. Rio de Janeiro: Revan 1990. Pag 33.

DIEL, Aline Ferreira da Silva; GIMENEZ, Charlise Paula Colet. A justiça restaurativa e suas razões de aplicação na Lei 11.343/06 em relação ao consumidor de drogas. Rio Grande do Sul. 2012.

FERREIRA, Helder Rogério Sant'Ana. Violência e segurança pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

GARAT, Guillermo. El camino: cómo se reguló El cannabis em Uruguay según SUS actores políticos y sociales. Montevideo: Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

GARCIA, Flávio Cardinelle Oliveira. O fracasso da Lei nº 10.409/02. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 265, 29 de março de 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/4998>>. Acesso em: 12 de novembro de 2016

INFOPEN. Levantamento Nacional de informações penitenciárias. Brasília, dezembro de 2014. Disponível em: < http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf > Acesso em: 12 de novembro de 2016

INSITUTE FOR CRIMINAL POLICY RESEARCH.2014 Disponível em: < <http://www.prisonstudies.org/> > Acesso em: : 12 de novembro de 2016

KARAM, Maria Lúcia. Proibições, Riscos, Danos e Enganos: AS Drogas Tornadas Ilícitas – Escritos sobre a liberdade- Vol.3. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009

KARAM, Maria Lúcia. “Guerra às Drogas” e criminalização da pobreza. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < <http://pt.slideshare.net/RosaneGafa/guerra-s-drogas-e-criminalizao-da-pobreza-karam-maria-lcia> > Acesso em: 5 de novembro de 2016

KARAM, Maria Lúcia. Drogas legislação brasileira e violações a direitos fundamentais. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: < <http://principio.org/drogas-legislacao-brasileira-e-violacoes-a-direitos-fundamentais.html?page=4> > Acesso em: 5 de novembro de 2016

GOMES, Luiz Flávio. Lei de Drogas Comentada – artigo por artigo. Lei 11.343. 3. Ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2008.

GREENWALD, Glenn. Drug decriminalization in Portugal: lessons for creating fair and successful drug policies. Washington, D.C.: Cato institute, 2009. Disponível em: < http://object.cato.org/sites/cato.org/files/pubs/pdf/greenwald_whitepaper.pdf > Acesso em: 15 de novembro de 2016

PRANGE, Astrid. Guerra contra narcotráfico no México está longe de ter fim. 2014. Disponível em: < <http://www.dw.com/pt-br/guerra-contr-narcotr%C3%A1fico-no-m%C3%A9xico-est%C3%A1-longe-de-ter-fim/a-18043729> > Acesso em: 29 de outubro de 2016

ROLIM, Marcos. A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. Levantamento Presos X Delitos, 2015. Disponível em: http://www.sap.sp.gov.br/download_files/pdf_files/levantamento_presosxdelitos.pdf > Acesso e: 12 de novembro de 2016

SESTOKAS, Lucia; Oliveira, Natalia. Guerra às drogas: herança e novos paradigmas. Disponível em <<http://jota.info/guerra-drogas-herancas-e-novos-paradigmas>>. Acesso em 02 de novembro de 2016

SIMÕES, Juliana Thomazini Nader. A evolução da lei antidrogas no Brasil e as influências na determinação de seus rumos. Conteúdo Jurídico, Brasília- DF: 13 mar. 2014. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.47356&seo=1> > Acesso em: 24 de setembro 2016

UNODC. Relatório sobre drogas: Mercado de drogas se mantém estável, mas aumenta o consumo de drogas sintéticas e de prescrição. 2014 Disponível em: <

<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2011/06/23-world-drug-report-2011.html> > Acesso em: 12 de novembro de 2016

WONG, Kevin; CLARKE, Chelsey. The Legalization of marijuana in Colorado: the impact. V. 3, USA: Rocky Mountain High Intensity Drug Trafficking Area, 2015. Disponível em: <http://www.rmhidta.org/html/2015%20FINAL%20LEGALIZATION%20OF%20MARIJUANA%20IN%20COLORADO%20THE%20IMPACT.pdf> Acesso em: 15 de novembro de 2015